

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.116 - RS (2019/0128933-6)

AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
AGRAVADO : MARIA ROSA CHITOLINA
ADVOGADOS : FERNANDO GABBI POLLI - RS080690
ALFEU DE ARRUDA SOUZA - RS098129

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundando no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, MARIA ROSA CHITOLINA SCHETINGER ajuizou ação ordinária em face da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-RS, objetivando provimento jurisdicional que ordene a cessação dos descontos em folha de pagamento, relativos a ressarcimento ao erário.

Informa que no período de 05/01/2015 a 31/12/2015 esteve afastada do exercício do seu cargo para fins de realização de pós doutorado na instituição Albert Einstein College of Medicine, em Nova Iorque, Estados Unidos.

Afirma, ainda, que durante seu afastamento, esteve submetida à exposição de agentes tóxicos e em condições insalubres. Alega que a UFMS teria revisto o ato que decidiu pelo não pagamento do adicional de insalubridade e autorizou o pagamento da rubrica, em razão das condições a que estava submetida. No entanto, a parte ré reconsiderou e decidiu que o adicional de insalubridade não seria devido, razão pela qual determinou a reposição ao erário no valor de R\$ 17.525,96, por meio de desconto em folha de pagamento.

Entende não ser correto o ato administrativo consistente na reposição ao erário da verba em comento, eis que a recebeu a título de boa-fé.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 17.525,96 em 27 de março de 2017.

Após sentença que julgou improcedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, restando consignado que *não é possível a restituição dos valores, porquanto recebidos de boa-fé pela demandante* (fl. 254). O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fl. 250):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. DESCONTOS DE REMUNERAÇÃO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. BOA-FÉ DO BENEFICIÁRIO. ACOLHIMENTO DO PEDIDO PARA RECONHECER A ILICITUDE DOS DESCONTOS.

1. Diante da natureza alimentar das verbas salariais, a jurisprudência é pacífica no sentido de ser incabível o desconto quando o equívoco resulta de

Superior Tribunal de Justiça

erro administrativo e/ou a quantia é recebida de boa-fé pelo servidor.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos (fls. 277-284).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 1022 do CPC e 46 da Lei n. 8112/1990.

Sustenta, em síntese, que *a UFSM interpôs embargos de declaratórios apontando omissões quanto (1) aos documentos e provas constantes dos autos a evidenciar a plena ciência do descabimento do adicional de insalubridade e a ausência de boa-fé da parte autora; bem como (2) o erro de fato da Administração a conjugar os requisitos jurisprudenciais à reposição ao erário* (fl. 295).

Além disso, considera que *o direito da Administração de reaver o que foi indevidamente pago a seus servidores, previsto no art. 46 da Lei n. 8.112/1990 se reveste também de um dever, uma vez que a Administração está obrigada a zelar pelos recursos públicos e impedir seu dispêndio sem respaldo na lei* (fl. 310).

Não foram apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fl. 318).

Após decisão que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 83/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à indicada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja: i) *aos documentos e provas constantes dos autos a evidenciar a plena ciência do descabimento do adicional de insalubridade e a ausência de boa-fé da parte autora* e ii) *o erro de fato da Administração a*

Superior Tribunal de Justiça

conjugar os requisitos jurisprudenciais à reposição ao erário, tendo o julgador abordado a questão à fls. 250-257, consignando que:

Do mérito

No que diz respeito à devolução das parcelas ao erário, não é possível a restituição dos valores, porquanto recebidos de boa-fé pela demandante.

No caso concreto, a Universidade ré instaurou procedimento administrativo de apuração de irregularidade em relação ao pagamento à autora do adicional de insalubridade no período de 01/2015 a 12/2015, determinando a adoção das medidas cabíveis para devolução dos valores ao erário (evento 1, PR0CADM4).

Contudo, dos documentos juntados com a petição inicial depreende-se que o pagamento feito a maior à autora a título de adicional de insalubridade no período mencionado decorreu de erro da própria Administração, sem que a demandante tenha concorrido para tanto. Ademais, os elementos probatórios carreados aos autos não caracterizam de modo inequívoco a má-fé da requerente.

Pelo contrário, a autora pretendia providenciar requerimento administrativo solicitando o pagamento do aludido adicional, em decorrência de sua alegada exposição a agentes nocivos, tendo inclusive consultado seu procurador no decorrer de seu afastamento, conforme e-mails acostados no Evento 1, EMAIL6 - EMAIL9, questionando-o sobre seu direito. Ademais, em análise a referidos documentos conclui-se que nem mesmo a autora tinha conhecimento do pagamento a maior em seu contra-cheque, de acordo com o e-mail datado de 31/10/2015 (Evento 1, EMAIL9).

Assim, considerando o caráter alimentar das parcelas e a ausência de efetiva

comprovação da má-fé da autora, os valores do adicional de insalubridade pagas a maior não estão sujeitas à cobrança pela requerida.

Com efeito, o 5TJ vem decidindo de forma reiterada que verbas de caráter alimentar pagas a maior em face de conduta errônea da Administração ou da má interpretação legal não devem ser devolvidas quando recebidas de boa-fé pelo beneficiário:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT DA LEI N. 8.112/90. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DA LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei nº 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos,

Superior Tribunal de Justiça

impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado a Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso Especial não provido. (REsp 1244182/PB, 1ª Seção, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJ-e 19/10/2012)

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. BOA-FÉ. INVIABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADEQUAÇÃO. 1. Diante da natureza alimentar das verbas salariais, a jurisprudência é pacífica no sentido de ser incabível o desconto quando o equívoco resulta de erro administrativo e/ou a quantia é recebida de boa-fé pelo servidor. 2. Tratando-se de causa com proveito econômico inestimável, os honorários advocatícios devem ser fixados por apreciação equitativa do julgador, nos termos do art. 85, § 8º, do novo CPC. (TRF4, APELAÇÃO CÍVEL N. 5024674-14.2015.404.7200, 3ª TURMA, Des. Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 27/10/2016)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE.

Tendo em conta a natureza alimentar das verbas salariais, a jurisprudência é pacífica no sentido de que é incabível a devolução dos valores pagos indevidamente quando o equívoco resulta de erro administrativo e a quantia é recebida de boa-fé pelo servidor. (TRF4, AC 5004779-91.2011.404.7205, Terceira Turma, Rel. p/ Acórdão Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, D.E. 31/05/2012)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. DESCONTOS A TÍTULO DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. VALORES PERCEBIDOS DE BOA-FÉ. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. Diante da natureza alimentar das verbas salariais, a jurisprudência é pacífica no sentido de ser incabível o desconto quando o equívoco resulta de erro administrativo e/ou a quantia é recebida de boa-fé pelo servidor. Precedentes. 2. Diante do quadro de incerteza e considerando que a discussão envolve apenas questão acessória da lide, deve ser relegada para a fase de execução a decisão acerca dos critérios de atualização monetária e juros a serem aplicados no período posterior à entrada em vigor da Lei 11.960/2009 (período a partir de julho de 2009, inclusive), quando provavelmente a questão já terá sido dirimida pelos tribunais superiores. (TRF4, APELAÇÃO CÍVEL N.

Superior Tribunal de Justiça

5018793-56.2015.404.7200, 4ª TURMA, Des. Federal LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 06/10/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ERRO COMETIDO PELA ADMINISTRAÇÃO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. BOA- FÉ. É cediço na jurisprudência o entendimento no sentido de que é inexigível a devolução de verbas remuneratórias recebidas de boa-fé, por força de interpretação errônea ou má aplicação da lei ou, ainda, erro operacional cometido pela Administração. (TRF4, APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 5049061-48.2014.404.7000, 4ª TURMA, Des. Federal VIVI AN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 17/09/2015)

Nestes termos, considerando que não há prova de que a autora tenha contribuído de alguma forma para a inadequada implantação da rubrica, assim como não demonstrada a existência de má-fé de sua parte na percepção dos valores indevidos, merece acolhimento o pedido inicial, inclusive para que a parte ré seja condenada a restituir eventuais valores já descontados."

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.625.513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 8/2/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO.

Superior Tribunal de Justiça

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Configura erro grosseiro a interposição de agravo regimental em face de decisão colegiada, de modo que não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para conhecer do recurso como embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 958.813/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que é incabível a devolução ao Erário de valores recebidos pelo servidor, nos casos em que o pagamento reputado indevido se deu por interpretação equivocada da Administração, o que evidencia a boa-fé objetiva do servidor no recebimento da verba alimentar.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1244182/PB, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/10/2012)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO. PAGAMENTO INDEVIDO POR ERRO DA ADMINISTRAÇÃO NO ENQUADRAMENTO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. INDEVIDA

Superior Tribunal de Justiça

A RESTITUIÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, "ao julgar o MS 19.260/DF, no dia 03/09/2014, da relatoria do Min. Herman Benjamin, decidiu, por unanimidade, ser descabida a devolução ao Erário de valores recebidos pelo servidor, nos casos em que o pagamento reputado indevido se deu por erro de cálculo ou operacional da Administração, o que evidencia a boa-fé objetiva do servidor no recebimento da verba alimentar" (AgRg no AREsp 766.220/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/11/2015).

2. No presente caso, verifica-se a existência de erro exclusivamente da Administração, consubstanciado no equivocado enquadramento da recorrente na Classe C, Nível I, da Tabela de Cargos e Salários de Professores do SECITEC, equiparando, por consequência, seu salário à remuneração de professor portador do título de mestre. Descabida, portanto, a devolução dos valores recebidos de boa-fé pela recorrente.

3. "O elemento configurador da boa-fé objetiva é a inequívoca compreensão, pelo beneficiado, do caráter legal e definitivo do pagamento" (REsp 1.657.330/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/04/2017).

4. Recurso ordinário provido.

(RMS 55.045/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 10/04/2018)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS POR SERVIDOR DE BOA-FÉ. RESTITUIÇÃO. DESNECESSIDADE.

1. O STJ firmou entendimento no sentido de que é incabível a devolução de valores pagos, por erro da Administração, ao servidor, diante da sua natureza alimentar e da presunção de boa-fé.

2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1701590/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 19/12/2017)

No mesmo sentido o parecer do Ministério Público Federal, de fls. 398-400, que guarda a seguinte ementa:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORA PÚBLICA. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ. INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA OU MÁ APLICAÇÃO DA LEI POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. VERBA NÃO SUJEITA À DEVOLUÇÃO. PRECEDENTE JULGADO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS: RESP 1.244.182/PB. PARECER NO SENTIDO DO CONHECIMENTO DO AGRAVO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Desta forma, aplica-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83/STJ: "*Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação*

Superior Tribunal de Justiça

do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios, de 10% para 12% sobre o valor da causa, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de julho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator